COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

Nº 100
NOVEMBRO, 2026

BOLETIM INFORMATIVO

SISTEMA DE GESTÃO DA ÉTICA DO PODER EXECUTIVO FEDERAL



Nesta edição do Boletim, apresentamos as principais atividades desenvolvidas no período, e destacamos iniciativas que refletem o compromisso permanente da Comissão de Ética Pública (CEP) com a orientação, a prevenção e o aprimoramento da governança ética.

MINUTO DA ÉTICA

Nesta edição, abordamos o significado da Consciência Negra e a importância de reconhecer desigualdades, valorizar diferentes trajetórias e promover o respeito à diversidade. O texto propõe uma reflexão sobre pertencimento, responsabilidade e o papel das instituições na construção de ambientes que assegurem igualdade de oportunidades e dignidade para todas as pessoas.

DESTAQUES DO MÊS:

DRA. **MARCELISE AZEVEDO** É ELEITA **PRESIDENTE** DA COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

"QUANDO O ESTADO SE AUSENTA, A JUSTIÇA É SUBSTITUÍDA **PELA LEI DA SELVA"**, AFIRMOU O MINISTRO **FLÁVIO DINO**

CEP INICIA A SEGUNDA TEMPORADA DO "**ÉTICA NA TELA"**, APRESENTANDO O **MODELO DE MATURIDADE DA GESTÃO DA ÉTICA PÚBLICA**

PRESIDENTE DA CEP, **MARCELISE MIRANDA**, ABORDA A RELAÇÃO ENTRE ÉTICA PÚBLICA E DEMOCRACIA EM NOVO ARTIGO DA SÉRIE **ÉTICA EM PAUTA.**



ÉTICA EM PAUTA

CLIQUE NA IMAGEM PARA LER

NOTÍCIAS



“Quando o Estado se ausenta, a justiça é substituída pela lei da selva”, afirmou o ministro Flávio Dino durante palestra no Congresso de Direito Administrativo Sancionador

“Nem sempre as sanções são feitas de acordo com o interesse público”, destacou advogado da Petrobras em palestra





Conselheiro Manoel Caetano destaca a ética do respeito em palestra promovida pela Comissão de Ética da Hemobrás

NOTÍCIAS

CONFIRA O NOVO EPISÓDIO DO ***ÉTICA EM REDE****!*



Ep 11. Vozes que transformam: Mulheres nos espaços de decisão

Neste episódio, a nova Presidente da Comissão de Ética Pública, Marcelise de Miranda Azevedo, compartilha sua trajetória e os desafios enfrentados como mulher negra em espaços de poder. A convidada destaca a importância da representatividade nos processos decisórios e o papel da ética na construção de instituições mais inclusivas, diversas e comprometidas com a igualdade.

ouça também no Spotify

CLIQUE NO CARD ACIMA PARA OUVIR!

COMISSÕES SETORIAIS

EVENTOS PROMOVIDOS PELAS COMISSÕES DE ÉTICA SETORIAIS EM 2026

Clique nas imagens para se inscrever!



Comissão de Ética do Ministério da Saúde do Rio de Janeiro apresenta:
IV Seminário Ética na Conscientização Racial

Tema: Mulheres Negras na Saúde Brasileira: Saberes, Herança, Presença e Enfrentamento às Violências

Data e horário: 26/11/2026, das 9h às 17h30min

Local: Superintendência Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro.

Endereço: Rua México n° 128, Auditório 10°Andar.

EVENTO PRESENCIAL



Comissão de Ética da Embrapa apresenta:
Encontro de Encerramento do Calendário Anual 2026

Tema: Assédio moral e sexual no ambiente de trabalho: o que a escuta qualificada revela e o que a instituição precisa fazer

Data e horário: 26/11/2026, das 10h às 12h

EVENTO VIRTUAL

Plataforma: Google Meet

Link de acesso: https://meet.google.com/uvu-hsbt-ukr?authuser=8&hs=122

COMISSÕES SETORIAIS

Clique nas imagens para se inscrever!



Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União (CEAGU) apresenta:

II Seminário de Ética e Integridade da AGU

Tema: Integridade, Tecnologia e Conexões Humanas

Data e horário: 23 e 24 de novembro de 2026 de 9h a 17h30

Local: Auditório da ESAGU - Edifício Sede III da AGU, Setor de Industrias Gráficas - SIG, Quadra 6 Lote

MODALIDADE: Presencial, no auditório da ESAGU (ed. Sede III), com transmissão ao vivo na EVA e no canal da ESAGU no YT.

CLIQUE AQUI PARA CONFERIR MAIS EVENTOS!

SUA COMISSÃO TEM PROMOVIDO AÇÕES E/OU EVENTOS RELACIONADOS À ÉTICA?

Envie para o e-mail **eticase@presidência.gov.br** ações, cursos, seminários, encontros, palestras ou oficinas de interesse da Rede de Ética Pública. Mostre as ações de sua Comissão e vamos juntos disseminar a cultura Ética no serviço público.

CONSCIÊNCIA NEGRA: A CORAGEM DE PERTENCER A SI MESMO E O COMPROMISSO ÉTICO COM A IGUALDADE

Por Karina Pinto Leite[1]

Uma voz suave sussurra constantemente em meu ouvido: “Coragem!”

Há algum tempo, uma fala da atriz Viola Davis ecoou em minha mente. Ao refletir sobre coragem, ela apresentou uma ideia que me parece especialmente significativa: ter coragem é pertencer a si mesmo, mesmo quando isso significa contrariar a necessidade de se encaixar na multidão.

Coragem e vulnerabilidade, portanto, caminham juntas. Ao assumirmos quem verdadeiramente somos, ficamos expostos ao julgamento, à rejeição e, muitas vezes, à incompreensão. Mas há também uma forma silenciosa de vulnerabilidade em esconder a própria identidade para corresponder às expectativas alheias, em silenciar convicções para preservar espaços ou em aceitar determinados lugares para evitar o desconforto de questioná-los.

Neste Dia da Consciência Negra, essa reflexão ganha outra dimensão.

A história da população negra no Brasil é também uma história de coragem. Coragem de sobreviver à violência, de preservar identidades, culturas, conhecimentos e tradições diante de sucessivas tentativas de apagamento. Coragem de reconstruir a própria existência em uma sociedade que, por muito tempo, negou a essas pessoas o direito à dignidade, à liberdade e ao reconhecimento.

Mas é importante compreender que essa resistência não pertence apenas ao passado. As marcas de uma estrutura social construída sobre desigualdades continuam presentes, ainda que, por vezes, se manifestem de maneiras menos explícitas. Estão nas oportunidades que não chegam, nas competências que precisam ser reiteradamente comprovadas, nos espaços de decisão que permanecem pouco diversos e nas expectativas distintas depositadas sobre pessoas que, embora ocupem posições equivalentes, nem sempre recebem o mesmo tratamento.

O serviço público, como parte integrante da sociedade, não está imune a essas contradições. Ao contrário, também pode reproduzi-las. A Administração Pública é formada por pessoas e, por isso, carrega consigo valores, percepções, preconceitos e relações de poder que atravessam a vida social.

Não basta, portanto, que suas instituições afirmem formalmente o compromisso com a igualdade, a diversidade e a não discriminação. É preciso que esses princípios sejam reconhecidos e praticados nas relações de trabalho, nos processos de gestão, na distribuição de oportunidades e no exercício cotidiano das funções públicas.

É nesse ponto que a discussão sobre consciência negra encontra a ética no serviço público.

A ética não se resume ao cumprimento de normas, assim como a integridade não se limita à ausência de desvios funcionais. Embora indispensáveis, as regras não são suficientes quando determinadas práticas, ainda que formalmente toleradas, naturalizam privilégios, silenciam diferenças ou perpetuam desigualdades. A ética pública também exige compromisso com a dignidade humana, a impessoalidade, a justiça e o interesse coletivo.

E esse compromisso demanda coragem.

Coragem para reconhecer privilégios e questionar padrões historicamente estabelecidos. Para não confundir hierarquia com superioridade, autoridade com autoritarismo ou cordialidade com respeito. Para perceber que a ausência de manifestações explícitas de preconceito não significa, necessariamente, a existência de relações justas. E, sobretudo, para compreender que a igualdade de tratamento não pode servir de justificativa para ignorar desigualdades que produzem condições profundamente diferentes de existência.

Quando falamos da mulher negra no serviço público, essas questões ganham contornos ainda mais específicos. Além das barreiras associadas ao racismo, somam-se aquelas relacionadas ao gênero, produzindo experiências particulares de invisibilidade, desconfiança, desvalorização e sobrecarga. Muitas vezes, a competência precisa ser demonstrada repetidamente; a firmeza pode ser interpretada como inadequação; a manifestação de inconformismo, como insubordinação; e o silêncio, como a única alternativa aparentemente segura para permanecer.

É preciso cuidado para não transformar a capacidade de suportar essas situações em uma virtude institucional. A resistência da população negra merece reconhecimento, mas não pode ser utilizada como justificativa para perpetuar as condições que tornam essa resistência necessária.

Não se pode esperar que pessoas historicamente submetidas à violência sejam sempre as responsáveis por demonstrar tolerância, resiliência e capacidade de adaptação. Tampouco se pode exigir que a pessoa negra, para ser aceita, precise renunciar à própria identidade, suavizar sua voz ou se ajustar permanentemente às expectativas de quem ocupa os espaços de poder.

A consciência negra também nos convida a rever o significado de pertencimento. Não se trata apenas de permitir que pessoas negras ocupem os espaços, mas de construir ambientes nos quais não precisem deixar parte de si mesmas do lado de fora para serem reconhecidas como legítimas.

Talvez seja essa uma das maiores contribuições dessa reflexão para a ética pública: compreender que fazer o que é correto nem sempre significa fazer o que é mais confortável, mais conveniente ou aquilo que a maioria espera. Em determinadas circunstâncias, agir eticamente exige justamente não se deixar conduzir pelo coro da multidão.

A voz que verdadeiramente deve orientar nossas escolhas não pode ser apenas a das conveniências institucionais, das relações de poder ou das expectativas de aceitação. Deve ser também a da consciência, capaz de nos fazer reconhecer o outro em sua dignidade e questionar nossas próprias práticas quando elas deixam de corresponder aos valores que afirmamos defender.

Neste Dia da Consciência Negra, que possamos reconhecer a coragem de um povo que, mesmo diante de tantas tentativas de silenciamento, permaneceu de pé. Mas que também tenhamos coragem de olhar para as estruturas que ainda produzem desigualdades e assumir a responsabilidade de transformá-las.

Porque uma instituição verdadeiramente ética não é aquela em que todos aprenderam a se encaixar, mas aquela em que ninguém precisa deixar de ser quem é para pertencer.

Coragem para ser. Ética para reconhecer. Responsabilidade para transformar.

---

[1]Secretaria - Executiva da Comissão de Ética do IFSP.

AGORA É A HORA DE TESTAR OS SEUS **CONHECIMENTOS**

Uma Secretária-Executiva de Ministério participa, durante um congresso setorial, de uma reunião reservada com representantes de uma associação empresarial que busca influenciar futura regulamentação de interesse de seus associados. O encontro não constava da programação oficial do evento, foi agendado durante o congresso e ocorreu em sala reservada do local. Nos dias seguintes, o compromisso não foi registrado no e-Agendas.

Nessa situação, qual a alternativa correta:

A) O encontro caracteriza-se como reunião, dispensando registro em agenda pública por ter ocorrido no contexto de um evento institucional.

B) O registro somente seria obrigatório caso tivesse havido entrega de documentos ou apresentação formal de pleitos pelos representantes privados.

C) O encontro não precisa ser divulgado porque ocorreu fora das dependências do órgão público.

D) O encontro caracteriza-se como audiência, pois houve representação privada de interesses, devendo ser registrado e divulgado.

ÉTICA EM JOGO

CLIQUE NA IMAGEM ACIMA PARA RESPONDER

OUTROS SERVIÇOS

LEMBRE-SE

O Boletim é um instrumento de todo o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal e, como tal, conta com a colaboração de vocês, integrantes dessa rede.

A página da CEP reúne conteúdos de interesse das comissões de ética setoriais e conta com um espaço exclusivo para divulgação dos eventos promovidos pelas comissões.

O Minuto da Ética é um espaço de compartilhamento de reflexões. Contribua com temas ou textos enviando sua sugestão para: **eticase@presidencia.gov.br**

Confira as propostas de pautas e escreva um texto para próxima edição!

CLIQUE AQUI

MANTENHA ATUALIZADO O CADASTRO DE SUA COMISSÃO DE ÉTICA SETORIAL!

Sempre que houver qualquer mudança na composição, telefone ou e-mail de contato, avise-nos, preenchendo o formulário disponível na página da CEP.



Clique aqui para acessar

OUTROS SERVIÇOS

2026 MODELO DE MATURIDADE DA GESTÃO DA ÉTICA PÚBLICA

Em que estágio está a gestão da ética da sua instituição?

Acompanhe a nova temporada do **Ética na Tela** sobre o **Modelo de Maturidade da Gestão da Ética Pública (MMGE)**. Conheça o instrumento que apoia as Comissões de Ética na avaliação, no aprimoramento e no fortalecimento da gestão da ética nas instituições públicas. Participe e compartilhe experiências com o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal.

Proximos Encontros virtuais:

26/11/2026

02/12/2026

09/12/2026

20/01/2027

CLIQUE PARA SABER MAIS

Gravações: Clique nas imagens abaixo para assistir



1° Encontro
03/11/2026



2° Encontro
11/11/2026

ÉTICA NA TELA

OUTROS SERVIÇOS

CANAL DE WHATSAPP

Quer receber as principais novidades da Comissão de Ética pública em primeira mão?

Todas as notícias e informações que você precisa saber sobre a CEP e o Sistética estão concentradas em um só lugar.

Entre para não perder nenhuma atualização!



APONTE A CÂMERA DO CELULAR PARA O QR CODE PARA ACESSAR

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

EXPEDIENTE

Boletim Informativo do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal produzido pela Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública

Edição 100 – novembro de 2026

Secretaria-Executiva (Gabinete)
Leonardo Câmara Pereira Ribeiro (Secretário-Executivo)
Gislene Pires da Silva
Juliana de Figueiredo Gonçalves Fonseca
Lorena Crishana Dias da Silva Pedreira
Walkyria Lagaci Alcântara (estagiária)
Rafael Mamede Aguiar de França (estagiário)

Coordenadora-Geral de Análise de Processo Ético
Lilian Patrícia Casagrande

Coordenadora-Geral do Sistema de Gestão da Ética
Ana Gabriela Gomes Aguiar

Coordenador-Geral de Análise de Conflito de Interesses
Pedro Henrique Nascimento Zanon

Textos e Diagramação
Walkyria Lagaci Alcântara
Rafael Mamede Aguiar de França
Supervisão: Lorena Pedreira

Revisão Final
Gabinete da Secretaria-Executiva da CEP

Minuto da Ética
Karina Pinto Leite

Distribuição
Coordenação-Geral do Sistema de Gestão da Ética